



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE TAQUARA EM 19.08.2015

Aos 19 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Taquara a Excelentíssima Senhora CARMEN GONZALEZ, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003806-85.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Diretora do Foro CINARA ROSA FIGUEIRÓ, pelo Coordenador MAURO AUGUSTO DA SILVA, e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Data da instalação da Unidade: 14.05.1993

Data da última correição realizada: 05.11.2014

Jurisdição: Igreja, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara, Três Coroas

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 19.08.2015

2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1. DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juíza Diretora do Foro	Titularidade
Cinara Rosa Figueiró	4ª Vara do Trabalho de Taquara

2.2. SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Taquara gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

2.2.1. Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

				Data de Exercício na Unidade Judiciária
Servidor	Cargo	Função		
1	Mauro Augusto da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Coordenador (CJ1)	19.05.1997
2	Orion Machado Pereira	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	Assistente (FC04)	19.04.1994
3	Samira Carolina Netto Machineski	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	27.06.2013
-	Daniel Salomon de Magalhaes	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	01.03.2013
4	Luciano Schuck	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	06.09.2004
5	Luiz Fernando Grings	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.09.2010
-	Sergio Amorim Dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	18.12.2006
Servidores Lotados na Central de Mandados				
Servidor	Cargo	Função		Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Andre Westermann	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	24.01.2006
2	Andrea Farias Guedes	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	04.05.2015
3	Carlos Roberto Silva Martins	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	03.12.2007
4	Claudio Luis da Vinha	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade	-	02.04.2007



	Noronha	Oficial de Justiça Avaliador Federal		
5	Diego Anzilago Gobatto	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	10.08.2012
6	Irineu Pedro Schnorr	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	10.02.2005
7	Sandro Borges Fortes Viecili	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.06.2001

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.08.2015)

2.2.2. Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3. Afastamento dos Servidores

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Mauro Augusto da Silva	Curso ou Evento	6 dias	7 dias
		Curso Parcial	1 dia	
2	Orion Machado Pereira	Curso ou Evento	3 dias	9 dias
		Curso Parcial	6 dias	
3	Samira Carolina Netto Machineski	Casamento	4 dias	15 dias
		Curso ou Evento	5 dias	
		Curso Parcial	1 dia	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5 dias	
4	Daniel Salomon de	Curso ou Evento	5 dias	12 dias



	Magalhaes	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7 dias	
5	Luciano Schuck	Curso ou Evento	3 dias	4 dias
		Curso Parcial	1 dia	
6	Luiz Fernando Grings	Curso ou Evento	3 dias	4 dias
		Curso Parcial	1 dia	
7	Sergio Amorim dos Santos	Curso ou Evento	5 dias	12 dias
		Dispensa do Ponto	4 dias	
		Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	3 dias	
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Andre Westermann	Curso ou Evento	1 dia	12 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	11 dias	
2	Andrea Farias Guedes	Licença Gestante	120 dias	185 dias
		Licença Gestante Prorrogação	60 dias	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5 dias	
3	Carlos Roberto Silva Martins	Curso Parcial	1 dia	1 dia
4	Claudio Luis da Vinha Noronha	Curso ou Evento	1 dia	52 dias
		Curso Parcial	1 dia	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	50 dias	
5	Diego Anzilago Gobatto	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	93 dias	93 dias
6	Irineu Pedro Schnorr	Curso ou Evento	2 dias	3 dias
		Curso Parcial	1 dia	
7	Sandro Borges Fortes Viecili	Curso Parcial	1 dia	1 dia

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.08.2015)

2.2.4. Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos, em 05.08.2015, verificou-se que, no período correcionado, não houve movimentação de servidores da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e da Central de Mandados de Taquara.



2.2.5. Estagiários:

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados de Taquara não contam com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos, em 05.08.2015.

2.3. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO:

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Mauro Augusto da Silva *	20 horas	-	69 horas	89 horas
2	Orion Machado Pereira	-	20 horas	28 horas	48 horas
3	Samira Carolina Netto Machineski	15 horas	-	231 horas	246 horas
4	Daniel Salomon de Magalhaes	-	-	56 horas	56 horas
5	Luciano Schuck	-	-	28 horas	28 horas
6	Luiz Fernando Grings	-	-	33 horas	33 horas
7	Sergio Amorim Dos Santos	10 horas	-	310 horas	320 horas
Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Andre Westermann	-	4 horas	-	4 horas
2	Andrea Farias Guedes	-	-	-	-
3	Carlos Roberto Silva Martins	-	4 horas	-	4 horas
4	Claudio Luis da Vinha Noronha	20 horas	4 horas	50 horas	74 horas
5	Diego Anzilago Gobatto	20 horas	4 horas	110 horas	134 horas
6	Irineu Pedro Schnorr	5 horas	4 horas	63 horas	72 horas



7	Sandro Borges Fortes Viecili	-	4 horas	-	4 horas
---	------------------------------	---	---------	---	---------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 05.08.2015)

* Gestor da Unidade Judiciária

3. ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2013	423	R\$ 2.341,54	R\$ 0,00
Média mensal – 2013	35,25	R\$ 195,13	R\$ 0,00
2014	499	R\$ 2.759,54	R\$ 0,00
Média mensal - 2014	41,58	R\$ 229,96	R\$ 0,00
Varição 2013-2014	17,97%	17,85%	-
2015 (até janeiro)	214	R\$ 1.183,42	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 05.08.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram recebidas pela Unidade, em média, 41,58 solicitações de emissão de certidão negativa por mês em 2014, refletindo aumento de 17,97% na média de certidões expedidas mensalmente na comparação com o ano de 2013.

Em regra, as certidões negativas são entregues no momento em que apresentado o requerimento e a GRU, conforme informado pelo Coordenador. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos originais e a guia de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados pelo prazo de 180 dias, sendo eliminados após este período.

3.2. UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1. Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	13.441 – 73,55%	4.834 – 26,45%	18.275
Processos com reclamadas	80.378 (Totalmente) – 92,39%	4.109 – 4,72%	86.997



	2.510 (Parcialmente) – 2,89%		
--	------------------------------	--	--

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.08.2015)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 18.08.2014 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 4.399/2014, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas nos processos físicos é realizada mediante consultas a sites da SEFAZ e da JUCERGS, a partir de certidões dos Oficiais de Justiça e de retorno de correspondências. Quando determinada a inclusão de mais reclamadas ou sócios no polo passivo de demandas, o cadastro destes é unificado quando informados pelas Unidades Judiciárias os dados completos.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 05.08.2015, **73,55%** das reclamadas do Foro Trabalhista de Taquara encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam **92,39%** dos processos que tramitam na Comarca. Esses números apontam estabilidade em relação aos dados colhidos na Inspeção Correcional de 2014, cujos percentuais alcançavam 73,44% de reclamadas unificadas e 92,35% de processos com cadastros de reclamadas totalmente unificados.

3.2.2. Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		4.876 – 92,86%	375 – 7,14%	5.251
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	86369 (Totalmente) - 99,28%	617 – 0,71%	86.997
		11 (Parcialmente) – 0,01%		
	Reclamada	86783 (Totalmente) - 99,75%	141 – 0,16%	
		73 (Parcialmente) – 0,08%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.08.2015)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, em 05.8.2015, **92,86%** dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Taquara encontravam-se unificados, restando **375** endereços de advogados não unificados. Nos processos cadastrados no Foro, os endereços dos advogados de reclamantes e de reclamadas vinculados que se encontravam totalmente unificados representavam mais de **99%**.



Na comparação com os dados aferidos na Inspeção Correcional do ano de 2014, a Unidade Judiciária demonstra estabilidade, porquanto em 10.10.2014 havia 377 endereços de advogados com cadastro não unificado na Comarca.

3.2.3. Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Órgãos	855 – 99,65%	3 – 0,35%	858
Processos com Órgãos	4.778 – 100%	0	4.778

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.8.2015)

De acordo com o sistema informatizado inFOR, em 05.8.2015, o cadastro de órgãos do Foro Trabalhista de Taquara se encontrava **99,65%** unificado, a exemplo do verificado na última correição.

3.3. CADASTRAMENTO DE PETIÇÕES INICIAIS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até junho)
Ação Anulatória	1	1	0,00%	0
Ação Cautelar	16	4	-75,00%	1
Ação Civil Coletiva	0	0	-	0
Ação Civil Pública	4	3	-25,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	5	1	-80,00%	0
Ação de cobrança de honorários	0	0	-	0
Ação de consignação	156	101	-35,26%	0
Ação de cumprimento	12	0	-100,00%	0
Ação de indenização	19	16	-15,79%	0
Ação declaratória	2	3	50,00%	0
Ação monitória	0	0	-	0
Ação possessória	1	0	-100,00%	0
Ação de repetição de indébito	0	0	-	0
Ação de representação sindical	0	0	-	0
Ação rescisória-instrução	0	0	-	0
Carta de Ordem	5	1	-80,00%	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Carta de sentença	3	6	100,00%	1
Carta precatória	253	165	-34,78%	0
Carta rogatória	0	0	-	0
DC/RDCV-instrução	0	0	-	0
Embargos de terceiro	57	26	-54,39%	6
Habeas corpus	0	0	-	0
Habeas data	0	0	-	0
Homologação	0	0	-	0
Inquérito	2	0	-100,00%	0
Mandado de segurança	0	0	-	0
Outros	14	0	-100,00%	0
Protesto	3	3	0,00%	0
Reclamatória-ordinário	5.195	3.168	-39,02%	3
Reclamatória-sumaríssimo	131	90	-31,30%	1
Restauração de autos	0	0	-	0
TEE Outros	1	0	-100,00%	0
TEE ajuste de conduta MPT	0	0	-	1
TEE conciliação da CCP	0	0	-	0
TEE multa DRT	16	7	-56,25%	0
TOTAL	5.896	3.595	-39,03%	13
MÉDIA POR MÊS	491,33	299,58	-39,03%	2,17

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.08.2015)

No ano de 2014, foram distribuídas 3.595 novas ações em meio físico no Foro Trabalhista de Taquara, representando 2.301 processos a menos que os distribuídos em 2013 (-39,03%). Essa redução é justificada pela implantação do PJe-JT no Foro Trabalhista de Taquara em 18.8.2014, de forma que os cadastramentos realizados no sistema informatizado a partir daquela data referem-se exclusivamente a petições iniciais vinculadas a processos físicos em tramitação no Foro Trabalhista de Taquara (v.g., cartas de sentença, embargos de terceiro). Os casos novos autuados a partir de 18.8.2014 tramitam no meio eletrônico e foram distribuídos diretamente às Unidades Judiciárias, sem trânsito pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro.

3.4. PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados



	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Total	Dias úteis	Média/dia
2013	14.196	13.515	14.138	12.160	54.009	232	232,8
2014	10.933	10.919	11.874	9.823	43.549	228	191
Variação 2013-2014	-22,99%	-19,21%	-16,01%	-19,22%	-19,37%	-1,72%	-17,95%
2015 (até junho)	3.749	3.817	3.767	3.465	14.798	106	139,6

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.08.2015)

Verificou-se, no sistema informatizado, que as Unidades Judiciárias do Foro Trabalhista de Taquara protocolaram 43.549 petições em 2014. Esse número corresponde à média de 191 protocolos a cada dia útil no período, refletindo queda de 17,95% em relação ao ano de 2013.

De acordo com o Coordenador, as petições e documentos protocolados e os processos devolvidos são encaminhados para as Varas do Trabalho de acordo com a organização de cada secretaria.

3.5. ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCr, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho.

O arquivo do Foro Trabalhista de Taquara fica em sala contígua à Coordenadoria de Distribuição dos Feitos. Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Unidades Judiciárias à Coordenadoria, que as confere quanto ao número dos processos, nome das partes, tamanho da guia, quantidade de volumes e termo de remessa. Após, é identificado o lote de arquivamento.

Na data de inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho, separados em lotes, com identificação da VT a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento, refletindo o arquivo ótima organização.

De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2014 foram encaminhadas 77 guias de arquivamento pela 1ª Vara do Trabalho, 94 guias pela 2ª Vara, 86 guias pela 3ª Vara e 85 guias pela 4ª Vara, totalizando 342 guias de arquivamento no ano de 2014.

Na data da inspeção correcional constatou-se a existência de 100 lotes prontos aguardando a remessa ao Depósito Centralizado, que destinou ao Foro Trabalhista de Taquara, para o mês de dezembro de 2015, espaço para 1.000 lotes.

3.6. LIVRO CARGA DE ADVOGADOS



Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0010000-40.2006.5.04.0381	08.07.2015	20.07.2015	24 dias
0018800-54.2006.5.04.0382	24.07.2015	05.08.2015	8 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.08.2015)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 2 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4. ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento, não excedente a 6 meses, para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Taquara está dividida em 07 (sete) setores, consoante a especificação abaixo.

Setor 1 - Taquara Leste - Servidor André Westermann: compreende o município de Taquara, Av. Sebastião Amoretti, inclusive, em direção ao município de Rolante;

Setor 2 - Rolante e Riozinho - Servidor Sandro Borges Fortes Viecili: compreende os municípios de Rolante e Riozinho;

Setor 3 - Taquara Oeste - Servidor Irineu Pedro Schnorr: compreende a Av. Sebastião Amoretti em direção oeste até divisa com Parobé e Igrejinha;

Setor 4 - Igrejinha - Servidor Carlos Roberto Silva Martins: compreende o município de Igrejinha;

Setor 5 - Três Coroas - Servidor Cláudio Luis da Vinha Noronha: compreende o município de Três Coroas;

Setor 6 - Parobé - Servidor Diego Anzilago Gobatto: compreende o município de Parobé com logradouros ao norte da Rodovia RS 239;

Setor 7 - Santa Cristina - Servidora Andrea Farias Guedes: compreende os logradouros ao sul da RS 239 no município de Parobé bem como todos os bairros e distritos da jurisdição localizados ao sul do leito do Rio dos Sinos.



Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCr, o Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é feito a cada 3 meses.

4.2. DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Os mandados oriundos de processos físicos são distribuídos na sexta-feira, e os mandados referentes a processos eletrônicos são distribuídos diariamente. Aqueles classificados como urgentes ou do plantão são distribuídos imediatamente ao Oficial de Justiça, com prioridade no seu cumprimento em relação aos outros.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos Oficiais de Justiça, nos mandados relacionados com processos físicos, é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCr. Certificado o cumprimento do mandado pelo Oficial de Justiça, o Coordenador efetua os registros pertinentes, e encaminha o mandado à Vara do Trabalho, tarefa cumprida diariamente. Nos processos eletrônicos, o Coordenador não tem acesso às certidões, que são remetidas diretamente à Unidade Judiciária de origem.

4.3. EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Número de mandados recebidos para cumprimento						
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Total	Média mensal
2013	918	865	1.599	1.165	4.547	378,92
2014	1.033	715	1.300	901	3.949	329,08
Varição 2013-2014	12,53%	-17,34%	-18,70%	-22,66%	-13,15%	-13,15%
2015 (até junho)	284	146	316	287	1.033	172,17

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.08.2015)

Considerando exclusivamente **os processos físicos** (o PJe-JT foi implantado no Foro Trabalhista de Taquara em **18.08.2014**), a Central de Mandados de Taquara recebeu **3.949** mandados para cumprimento **em 2014**, representando queda de 13,15% na demanda na comparação com o ano de 2013.

Em relação aos mandados recebidos oriundos de processos eletrônicos (PJe), não há como apontar a efetiva quantidade, porquanto o sistema e-Gestão recupera como “recebidos” exclusivamente os mandados já



cumpridos pelo oficial de justiça avaliador, não computando no total de “recebidos” aqueles ainda não cumpridos.

Considerando a soma dos mandados recebidos em meio físico (3.949 mandados) e aqueles distribuídos (e cumpridos) em meio eletrônico (566 mandados), a **média mensal** de mandados recebidos, que em 2013 era de 376,25, aumentou para **378,92** mandados em 2014.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até junho)
Busca e Apreensão	22	25	13,64%	13
Citação	499	317	-36,47%	153
Condução de Testemunha	12	6	-50,00%	6
Notificação	3.006	2.856	-4,99%	503
Penhora	759	557	-26,61%	273
Outros	275	204	-25,82%	87
Total	4.573	3.965	-13,30%	1.035

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.08.2015)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até junho)
Notificação	-	500	-	1.080
Mandado	-	65	-	123
Ofícios	-	1	-	13
Total	-	566	-	1.216

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 05.08.2015)

Em 2014, foram cumpridos **4.531** mandados pelos oficiais de justiça avaliadores, dos quais 3.965 de processos físicos e 566 de processos eletrônicos. No ano de 2013 foram cumpridos **4.573** mandados. Portanto, houve redução no número total de mandados cumpridos de 2013 para 2014 (-41 mandados = 0,92%).

Considerando o número de mandados recebidos das Varas do Trabalho em 2014, oriundos exclusivamente de processos físicos (item 4.3.1 –



1817 mandados), foram cumpridos 608 mandados a menos do que os recebidos em 2013, refletindo aumento do estoque de mandados pendentes de cumprimento. Com relação aos processos eletrônicos, o sistema não informa o total de mandados recebidos ainda não cumpridos, circunstância que interfere na avaliação da produtividade dos oficiais de justiça.

Em relação aos tipos de diligências recebidas, os mandados de notificação são os mais comuns, tanto nos processos físicos como nos processos eletrônicos.

4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013- 2014	2015 (até junho)
Busca e Apreensão	11,18	6,48	-42,05%	10,00
Citação	10,29	8,84	-14,09%	11,46
Condução de Testemunha	10,58	11,00	3,94%	14,67
Notificação	6,60	6,50	-1,56%	8,91
Penhora	14,53	12,10	-16,72%	16,38
Outros	7,81	7,25	-7,14%	11,74
Prazo médio geral	8,43	7,52	-10,77%	11,54

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.08.2015)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até junho)
Notificação	-	5,33	-	7,10
Mandado	-	7,05	-	6,51
Ofícios	-	0,00	-	9,77
Total	-	5,52	-	7,07

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 05.08.2015)

O tempo médio para cumprimento dos mandados oriundos de processos físicos recuou de 8,43 dias em 2013 para 7,52 dias em 2014 (-10,77%).



Nos mandados oriundos de processos eletrônicos, o tempo médio para cumprimento foi de 5,52 dias em 2014. Dentre esses, o que demanda maior tempo são aqueles classificados como “mandados” (7,05 dias).

Em relação ao lapso para cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que os mandados de penhora são os que demandam mais tempo (12,10 dias), seguidos pelos mandados de busca e apreensão (8,84 dias). O cumprimento mais célere é verificado nos mandados de busca e apreensão de processos físicos (6,48 dias).

4.3.4. Número de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até junho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	9	40,91%	3	12,00%	2	15,38
Citação	188	37,68%	113	35,65%	43	28,10
Condução de Testemunha	6	50,00%	4	66,67%	6	100,00
Notificação	549	18,26%	511	17,89%	148	29,42
Penhora	308	40,58%	210	37,70%	105	38,46
Outros	57	20,73%	45	22,06%	23	26,44
Total Geral	1.117	24,43%	886	22,35%	327	31,59

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.08.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2013		2014		2015 (até junho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	-	-	106	21,20%	264	24,44%
Mandados	-	-	20	30,77%	30	24,39%
Ofícios	-	-	0	0,00%	3	23,08%
Total	-	-	126	22,26%	297	24,42%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 05.08.2015)



O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT).

Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, observa-se, em relação aos processos físicos, que foram devolvidos 886 mandados após o decurso do prazo legal em 2014, o que corresponde a 22,35% de todos os mandados cumpridos. O índice apresenta recuo em relação ao aferido em 2013, de 24,43%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, foram devolvidos 126 mandados com atraso em 2014, equivalente a 22,26% de todos os mandados cumpridos.

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados da Comarca de Taquara.

ANDRE WESTERMANN <u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	03	03	04	04	00	00
Citação	80	77	55	58	33	32
Condução de Testemunha	03	03	02	02	00	00
Notificação	302	303	443	445	141	140
Penhora	110	110	84	86	25	22
Outros	51	50	28	29	13	13
Total	549	546	616	624	212	207
ANDRE WESTERMANN <u>PJe</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	59	59	161	161
Mandado	-	-	06	06	20	20
Ofício	-	-	00	00	00	00
Total	-	-	65	65	181	181



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

ANDREA FARIAS GUEDES PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	00	00	00	00	06	06
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00	21	21
Penhora	00	00	00	00	13	13
Outros	00	00	00	00	03	03
Total	00	00	00	00	43	43

ANDREA FARIAS GUEDES PJe						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	00	00	38	38
Mandado	-	-	00	00	05	05
Ofício	-	-	00	00	01	01
Total	-	-	00	00	44	44

CARLOS ROBERTO SILVA MARTINS PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	04	04	06	06
Citação	63	65	54	54	24	24
Condução de Testemunha	02	02	02	02	01	01
Notificação	409	408	448	450	70	69
Penhora	98	101	86	87	43	43
Outros	38	39	33	33	12	12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Total	612	617	627	630	156	155
CARLOS ROBERTO SILVA MARTINS						
<u>PJe</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	49	47	135	137
Mandado	-	-	09	08	10	11
Ofício	-	-	00	00	03	03
Total	-	-	58	55	148	151

CLAUDIO LUIS DA VINHA NORONHA						
<u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	03	03	02	02	02	02
Citação	35	39	25	25	19	19
Condução de Testemunha	03	03	00	00	02	02
Notificação	445	450	414	414	94	94
Penhora	107	109	61	61	44	44
Outros	21	21	34	34	19	19
Total	614	625	536	536	180	180

CLAUDIO LUIS DA VINHA NORONHA						
<u>PJe</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	96	78	96	114
Mandado	-	-	08	08	13	13
Ofício	-	-	00	00	00	00
Total	-	-	104	86	109	127

DIEGO ANZILAGO GOBATTO
PROCESSOS FÍSICOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	04	04	00	00
Citação	61	61	25	25	30	30
Condução de Testemunha	00	00	00	00	01	01
Notificação	454	460	294	294	50	47
Penhora	121	122	64	62	33	35
Outros	33	33	37	37	08	08
Total	670	677	424	422	122	121

DIEGO ANZILAGO GOBATTO

PJe

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	09	09	159	159
Mandado	-	-	06	05	19	20
Ofício	-	-	00	00	02	02
Total	-	-	15	14	180	181

IRINEU PEDRO SCHNORR
PROCESSOS FÍSICOS

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	06	06	01	01
Citação	104	104	50	50	06	06
Condução de Testemunha	00	00	01	01	01	01
Notificação	405	404	457	458	41	41
Penhora	100	100	103	103	25	25
Outros	49	49	31	31	12	12
Total	660	659	648	649	86	86

IRINEU PEDRO SCHNORR

PJe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	107	107	162	162
Mandado	-	-	08	08	20	20
Ofício	-	-	00	00	04	04
Total	-	-	115	115	186	186

SANDRO BORGES FORTES VIECILI <u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	05	05	02	02
Citação	51	51	69	69	22	22
Condução de Testemunha	02	02	01	01	01	01
Notificação	465	465	445	445	40	40
Penhora	89	95	108	109	40	39
Outros	45	45	30	30	14	14
Total	656	662	658	659	119	118

SANDRO BORGES FORTES VIECILI <u>PJe</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	144	130	119	133
Mandado	-	-	23	23	24	24
Ofício	-	-	00	00	00	00
Total	-	-	167	153	143	157

5. AVALIAÇÃO DA UNIDADE

O Foro Trabalhista de Taquara está localizado em prédio próprio. A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados de Passo Fundo estão sob a coordenação de Mauro Augusto da Silva, que exerce a função desde 19.6.1997.



A Coordenadoria de Controle tem vinculados a si seis servidores: uma função CJ1 (Coordenador - Mauro), uma função FC02 (Assistente - Samira), uma função FC04 (Assistente – Orion), quatro técnicos judiciários (Luciano, Luiz Fernando, Daniel e Sérgio, sendo os dois últimos com especialidade “segurança”). Na Central de Mandados, estão lotados sete Oficiais de Justiça Avaliadores Federais.

Observou-se, quando da Inspeção Correccional, que, à exceção de um Oficial de Justiça, os servidores da Coordenadoria e da Central de Mandados participaram, em 2014, de eventos de capacitação, em média, 117 horas por servidor da Coordenadoria e 41 horas por servidor da Central de Mandados. Os afastamentos mais significativos foram dos servidores Andrea (180 dias de licença gestante), Cláudio (50 dias de LTS) e Diego (93 dias de LTS), vinculados à Central de Mandados. Não houve movimentação de servidores vinculados à Coordenadoria ou à Central de Mandados no período correccionado.

Com relação aos movimentos grevistas ocorridos em 2014 e 2015, verificou-se que tanto na Coordenadoria quanto na Central de Mandados foi mantido o mínimo de 30% de servidores trabalhando, tendo os demais aderido às greves.

Verificou-se crescimento de 17,97% na média de certidões negativas expedidas em 2014, na comparação com o ano de 2013. Manteve-se estável o percentual de unificação de dados cadastrais das reclamadas (73,44% em 2014 e 73,55% em 2015). A unificação cadastral de órgãos no Foro atingiu 99,65% em agosto de 2015. Observou-se a existência de dois processos em carga com advogados com o prazo de carga ultrapassado (em 24 e 8 dias).

Em relação à Central de Mandados, observou-se redução no número de mandados recebidos das Varas do Trabalho em 2014 na comparação com o ano de 2013 (-13,15%), considerados exclusivamente aqueles gerados em processos físicos, e nova redução no ano de 2015. Mas, considerando a soma dos mandados recebidos em meio físico com aqueles distribuídos e cumpridos em meio eletrônico constatou-se crescimento da média mensal de mandados recebidos em 2014, na comparação com 2013. Houve redução de 10,77% no prazo médio geral para cumprimento dos mandados gerados em processos físicos, com aumento em 2015, conforme dados apurados até agosto; já nos mandados oriundos de processos eletrônicos os prazos foram, em média, menores que aqueles relacionados com processos físicos em 2014, sendo majorados em 2015. Cresceu, em 2014, o número de mandados devolvidos em atraso, e os dados de 2015 indicam novo aumento.

Afirmou o Coordenador ter sido realizado o desfazimento de bens recebidos das Varas do Trabalho e também dos pertencentes à Coordenadoria.

Destaca-se, por fim, o auxílio que a Coordenadoria presta às Varas do Trabalho de Taquara, realizando a triagem inicial dos processos eletrônicos distribuídos (análise de prevenção, legibilidade dos documentos, correção dos nomes e endereços), priorizando, nessa tarefa, os processos que têm data de audiência inaugural mais próxima, e não necessariamente a ordem de ingresso da ação.

6. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES



ITEM 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e órgãos) – Recomenda-se que sejam envidados esforços para atingir 100% de unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e de órgãos.

ITEM 3.6. (Livro carga de advogados) – Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso) - Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7. PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Diretora do Foro e os servidores da Coordenadoria e da Central de Mandados, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Taquara, no dia 18.8.2015, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, sem que comparecessem advogados.

Compareceram para entrevistar a Vice-Corregedora o Sr. Cristiano Vargas, do Jornal Panorama e Rádio Taquara, e a Sra. Mariana Halmel, do Jornal NH.

8. PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Coordenadoria e na Central de Mandados das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria da Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao suprimento das inconsistências detectadas.

9. ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Diretora do Foro Cinara Rosa Figueiró, pelo Coordenador Mauro Augusto da Silva e pelos servidores presentes, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

Carmen Gonzalez
Vice-Corregedora Regional